

As questões das mulheres no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) nas décadas de 1980 e 1990.¹

Tania Mittelman²

Resumo

Neste trabalho, procuramos identificar as semelhanças e diferenças entre a trajetória vivida pelo núcleo das mulheres do Sinpro-Rio, as reivindicações das diferentes tendências do movimento feminista e o processo histórico ocorrido em outros sindicatos do país, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Além das mulheres serem maioria dos/as docentes representados pelo Sinpro-Rio, as referências nas fontes de pesquisa consultadas a um núcleo feminino atuante no sindicato, nos anos de 1980, e à Comissão das Questões da Mulher, organizada em 1997, impuseram a necessidade de investigar o tratamento conferido pela entidade às questões de gênero e das mulheres. Apresentamos várias convergências entre a atuação da Comissão das Mulheres do Sinpro, as correntes do movimento feminino e a trajetória de outros sindicatos, tais como: a exclusão das diretoras dos sindicatos da participação em momentos politicamente relevantes das entidades, como de negociação com o setor patronal; o uso dos jornais do sindicato para denúncia das discriminações sofridas pelas mulheres trabalhadoras; a reivindicação de creches para os/as filhos/as das trabalhadoras; os debates da década de 1980 sobre valorizar as lutas econômico-sociais e/ou estritamente culturais; na década de 1990, marcada pela conjuntura desfavorável aos trabalhadores e sindicatos, a dificuldade de ampliar as cláusulas sociais favoráveis às mulheres, como o aumento do tempo da licença maternidade. Por outro lado, notamos que no auge da luta das mulheres pela incorporação de direitos durante a Assembleia Nacional Constituinte, entre 1986 e 1988, o Sinpro-Rio não se manifestou a esse respeito.

Palavras-Chave: Sinpro-Rio; classe social; História Social; gênero; mulher trabalhadora.
Keywords: Sinpro-Rio; social class; Social History; genre; working woman.

O presente trabalho propõe dois objetivos. Primeiramente, buscaremos comprovar a hipótese de que no Sinpro-Rio, no período entre 1985 e 1999, as mulheres não atuaram como atores políticos iguais aos homens, mesmo tratando-se de um sindicato docente, cuja categoria que representa costuma ser caracterizada como predominantemente feminina. O segundo objetivo será identificar se a trajetória do Sinpro-Rio em relação às questões de gênero, ao longo das décadas de 80 e 90, correspondeu às trajetórias percorridas por outros sindicatos e pelo movimento feminista no país analisadas por outras pesquisas acadêmicas.

Nosso projeto inicial de pesquisa sobre o Sinpro-Rio, um sindicato de professoras e professores das instituições privadas de ensino do município do Rio de Janeiro, não previa investigar como este sindicato tratou a desigualdade de gênero nas

¹ O trabalho apresenta parte dos resultados de pesquisa desenvolvida para Tese de Doutorado financiada pelo CNPQ e defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em 2018.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora de História do Colégio Pedro II. Email: tmittelman@uol.com.br

décadas de 1980 e 1990. Contudo, abordar a questão de gênero na entidade se impôs pela sua existência nas fontes consultadas, as quais não poderiam ser ignoradas.

Conforme destaca Pinsky, ao elaborar reflexão acerca das contribuições da História Social aos estudos de gênero, a leitura atenta às entrelinhas de diversos tipos de fontes históricas pode desvelar a experiência, no sentido thompsoniano, dos sujeitos históricos, sejam homens ou mulheres, no tocante as suas representações de si e às relações de gênero (PINSKY, 2009, p. 178-182).

A categoria gênero foi cunhada nos anos de 1970 no sentido de enfatizar o aspecto relacional entre as mulheres e os homens como uma construção social. Rejeitar-se-ia, desta maneira, o determinismo biológico (SOIHET, 1997, p. 279).

Segundo Soihet, as pesquisas históricas sobre gênero não deixaram de articular essa categoria aos conceitos de classe social e raça. Essa forma de abordagem cumpriria um duplo papel: dar voz aos oprimidos e considerar eixos variados que compõem as desigualdades de poder (SOIHET, 1997, p. 279).

Toledo, por sua vez, critica o movimento feminista afirmando que “no afã de escapar do enfoque biológico e essencialista, o feminismo acabou excluindo o enfoque de classe, porque a classe insere o gênero, mas o inverso não é verdadeiro” (TOLEDO, 2017, p. 142-143). A autora defende que as desigualdades de gênero e de classe não podem ser colocadas no mesmo nível, considerando que a superação da primeira não solucionará de forma automática a segunda (TOLEDO, 2017, p. 144).

Ainda assim, Toledo cita um discurso de Lênin de 1919 para justificar a relevância da luta contra a desigualdade de gênero. Lênin denunciou a dissimulação da democracia burguesa ao prometer igualdade e liberdade para todos, acobertando o sistema marcado pela lógica da opressão e da exploração (TOLEDO, 2017, p. 176-177). Para a autora, sem perder de vista sua inserção na classe, a luta da mulher trabalhadora contra a opressão de gênero importa

Porque dá visibilidade à situação da mulher, mobiliza as mulheres contra toda e qualquer manifestação de machismo e de opressão, aumenta seu grau de consciência e expõe as mazelas do sistema, revelando o grau de hipocrisia dos governos e instituições burguesas em relação à liberdade da mulher nos tempos modernos (TOLEDO, 2017, p. 174).

Para alcançar o primeiro objetivo, de comprovar a atuação diferenciada de homens e mulheres nas atividades do Sinpro-Rio, apresentaremos um quadro

quantitativo do número de homens e mulheres na composição das diretorias da entidade durante o recorte temporal proposto. Ainda com vistas a cumprir este primeiro objetivo, acompanharemos os relatos de duas militantes sobre o tratamento conferido às mulheres e às questões das mulheres no interior da entidade.

Nossa intenção prévia de investigar também de forma quantitativa a presença de homens e mulheres nas assembleias promovidas pelo Sindicato não foi alcançada porque muitas assinaturas estavam ilegíveis, não permitindo a identificação do sexo, além do destacado volume de assinaturas ter tornado impraticável essa proposta metodológica. Podemos comentar, entretanto, pela nossa observação das listagens de assinaturas dos presentes nas assembleias que a presença das mulheres era consideravelmente superior a dos homens. Considerando que o exercício do magistério na Educação Básica do país se constituiu ao longo do século XX predominantemente por mulheres (Cf. FISCHER, 2005, p. 234), não nos surpreende que a observação das listas de assinaturas das assembleias promovidas pelo Sinpro-Rio confirme não ser pequeno o número de mulheres presentes no contexto de ascenso do chamado “novo sindicalismo” durante a redemocratização do país.

Já o segundo objetivo, de comparação entre as trajetórias do Sinpro-Rio, as de outros sindicatos e do próprio movimento feminista em relação às questões de gênero, será desenvolvido por meio da análise qualitativa dos documentos registrados e preservados no Sindicato sobre as questões das mulheres. Analisaremos quais foram as bandeiras e estratégias levantadas e conflitos vivenciados pela Comissão das Questões da Mulher do Sinpro-Rio.

Como fontes primárias para a abordagem desse tema, consultamos: as listas de presença nas assembleias promovidas pelo Sinpro-Rio, a *Agenda do Professor 2015*, publicada pela entidade, que apresenta nominalmente suas diretorias de 1978 a 2014, as edições dos jornais da entidade, as *Atas das Reuniões da Comissão das Questões da Mulher*, um panfleto de 1986 dirigido à categoria e duas entrevistas registradas pelo *Projeto Memória 2007* do próprio sindicato. As entrevistas foram concedidas por uma militante na década de 1980 e uma diretora da Zonal Ilha do Governador na gestão 1990-1993, também militante na década de 1980. Todos os documentos foram localizados no arquivo da entidade pesquisada.

Ferreira ressalta

a relevância da inclusão da categoria gênero para se compreender vários dos fenômenos que podem ser observados no campo do sindicalismo docente.

Alguns aspectos são menos ligados ao trabalho docente – por exemplo, as relações de gênero na constituição de sujeitos militantes, que podem iluminar se há diferenças e quais seriam os significados que homens e mulheres dão à participação sindical. O fato de que muitos mais homens se filiem e participem das direções das entidades, em comparação com sua presença na base do movimento, ou que ocupem cargos de maior poder político, tem sido citado em vários estudos, mas mereceria maior aprofundamento. (FERREIRA, 2011, p. 45)

Araújo e Ferreira apontam que o número de mulheres no universo dos trabalhadores brasileiros subiu de 18,5% em 1970 para 35,5% em 1989. A esse aumento da presença feminina na População Economicamente Ativa (PEA) correspondeu um crescimento nas taxas de sindicalização das mulheres. Considerando esses dados, as autoras analisam as transformações provocadas pela influência dos movimentos feministas sobre a organização e reivindicações de alguns sindicatos do país, filiados à Confederação Única dos Trabalhadores (CUT), ao longo das décadas de 1980 e 1990, a incorporação de algumas pautas do movimento feminista nos debates e promulgação da Constituição de 1988 e, ainda, as mudanças ocorridas na própria organização da CUT, como a proposta de reserva para mulheres de 30% dos seus cargos de direção, aprovada em 1993. Araújo e Ferreira afirmam que a luta pela redemocratização do país na década de 1980 congregou diferentes movimentos sociais, enriquecendo tanto o movimento feminista quanto o sindical. O resultado desse processo, não linear e não desprovido de tensões, foi que a classe trabalhadora passou a ser pensada em sua heterogeneidade, relevando-se os critérios de gênero e raça, que não impedem o questionamento político comum da exploração capitalista (ARAÚJO e FERREIRA, 2000).

Cabe lembrar que mesmo que tomemos o texto de Araújo e Ferreira para a nossa análise das questões das mulheres no Sinpro-Rio, este sindicato só se tornou uma entidade ligada à CUT em 1992. Por isso, nem todas as questões discutidas na confederação, estudadas pelas autoras, influenciaram diretamente o Sinpro na década de 1980, por mais que os debates circulassem.

Em 1979, um artigo publicado na *Folha do Professor* revela que as reflexões presentes no movimento feminista já influenciavam as militantes do Sinpro-Rio. Afirma Regina Fialho, autora do texto:

Considerando que a representatividade de grande parte da categoria de professores está calcada na mão-de-obra feminina, se faz cada vez mais presente a importância de se ressaltar aqui em nossa entidade as relações Mulher-Trabalho. [...] Professoras, é necessário que se traga para nossa entidade todas estas questões e que a mulher trabalhadora crie melhores

condições de desempenhar as suas atividades profissionais, descaracterizando a imagem da “profissional por esporte” e se mostra cada vez mais como fator atuante dentro das transformações de nossa sociedade.³

Dentre as questões analisadas, Fialho trata da “necessidade de se fazer da criação dos filhos uma função social”, do combate à discriminação da mulher grávida ou com recém-nascido, e da importância de ser “encarada com seriedade” a lei que determina que empresas com mais de 30 funcionários sejam “obrigadas a efetuar a instalação de creches”. O texto relaciona essas questões à realidade da professora, mencionando, por exemplo, que a sobrecarga da responsabilidade de cuidar sozinha do trabalho doméstico e da socialização dos filhos é ainda maior porque “muitas e muitas vezes tem provas para corrigir, aulas para elaborar e sem uma estrutura social que a auxilie”. Sobre a discriminação à gestante, afirma que “principalmente de colégios das zonas suburbanas, a professora logo ao engravidar é obrigada a esconder seu estado”⁴.

Araújo e Ferreira ressaltam que nos sindicatos por elas analisados o aumento do número das mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1970 e 1980, acompanhado do crescimento nas taxas de sindicalização feminina, não correspondeu a uma alteração no seu papel político na organização do movimento dos trabalhadores. Mantiveram-se desprestigiadas nas instâncias de poder local e nacional (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 310-311). Será que no Sinpro-Rio, por ser um sindicato que representava uma categoria predominantemente feminina, essa tendência foi diferente e as mulheres foram tratadas de forma igualitária nas posições de liderança?

Elaboramos uma tabela com a indicação do sexo dos diretores eleitos desde a gestão 1984-1987 a 1996-1999 no intuito de conferir se as mulheres estiveram representadas na mesma proporção que sua participação na militância do sindicato.

³ FIALHO, Regina. *Folha do Professor*. Setembro de 1979 apud FIALHO, Regina. *Folha do Professor*. “A luta continua...” In: *Folha do Professor*, Junho/Julho de 1992. p. 3

⁴FIALHO, Regina. *Folha do Professor*. Setembro de 1979 apud FIALHO, Regina. *Folha do Professor*. “A luta continua...” In: *Folha do Professor*, Junho/Julho de 1992.p. 3

Tabela do perfil de gênero das diretorias do Sinpro-Rio eleitas de 1984 a 1999.

Período da Gestão	Total de diretores	Homens	Mulheres
1984-1987	24. 12 efetivos 12 suplentes	11 efetivos 5 suplentes Total: 16	1 efetiva 7 suplentes Total: 8
1987-1990	24. 12 efetivos 12 suplentes	11 efetivos 1 suplente Total: 12	1 efetiva 11 suplentes Total: 12
1990-1993	43. 34 efetivos 9 suplentes	23 efetivos 3 suplentes Total: 24	3 efetivas na Direção Executiva; 8 efetivas das Zonais. 6 suplentes. Total:17
1993-1996	43. 34 efetivos 9 suplentes	28 efetivos 6 suplentes Total: 34	2 efetivas na Direção Executiva; 5 efetivas das Zonais. 3 suplentes. Total:10
1996-1999	39. 32 efetivos 7 suplentes	22 efetivos 5 suplentes Total: 27	2 efetivas na Direção Executiva; 8 efetivas das Zonais. 2 suplentes. Total: 12

Dados retirados da *Agenda do Professor – 2015*.

Os dados nos mostram que, já na chapa eleita em 1984, não era discrepante o número de mulheres e de homens na diretoria do Sinpro-Rio. Vale mencionar que neste sindicato os suplentes sempre participaram ativamente das reuniões e decisões tomadas na diretoria. Foram 33% de mulheres nos cargos da direção na gestão de 1984-1987; 50% em 1987-1990; 39% em 1990-1993; 23% em 1993-1996; 30% em 1996-1999. Portanto, poderíamos supor que a presença das mulheres na direção do Sinpro-Rio, antes mesmo da proposta da CUT da reserva para as mulheres de 30% dos cargos de direção dos sindicatos e da filiação do Sindicato a essa confederação, revela um caráter diferenciado desta entidade em comparação aos sindicatos mencionados por Araújo e Ferreira e Ferreira em seus artigos. Contudo, os relatos de duas militantes do Sindicato contrariam nossa suposição.

Ângela Macuco, que militou no Sinpro-Rio na virada da década de 1970 para 1980 e não chegou a assumir cargos na direção, comenta a resistência dos diretores do Sinpro-Rio em incorporar a pauta do movimento feminista levada por algumas militantes do sindicato:

E o que aconteceu aqui no Sindicato, com a diretoria? Nossos companheiros, que reconheciam a nossa militância. Sempre reconheceu. Nós fomos assim. De 79 a 83 mais ou menos, 84, foi militância assim muito importante. Nós militamos muito. Eles reconheciam. Mas eles começaram a dizer: - Coisa de mulher. Sabe? - Não vamos nos meter não. Deixa elas. Foi horrível. Porque eles não reconheceram também que o trabalho era importante.⁵

Regina Fialho, também militante na década de 1980, lembra-se da sua experiência como diretora da Zonal Ilha do Governador, entre 1990-1993:

O que eu percebo é que esse sindicato, apesar de ser um sindicato que congrega uma profissão eminentemente feminina, dentro da sua própria estrutura de poder, as mulheres... por exemplo, você nunca teve aqui uma mulher presidente, nesses anos todos. E uma categoria eminentemente feminina. Então, muitas vezes, em reunião de diretoria, eu lembro, na época que eu era diretora. O presidente era o Puppim [Gilson Puppim]. Ele falava assim: - Bom, vamos tirar aqui o grupo que vai pra paritária. Vai fulano, vai sicrano, vai sicrano. Só falava nome de homem. Aí eu falava assim. Isso na reunião da diretoria, com várias mulheres presentes. Isso já na década de 90. Eu falava assim: - Ué, e não tem mulher nessa paritária, não? - Não. - Pois então eu vou. Eu virava para trás e falava assim: - E a mulherada não vai, não? Elas ficavam caladas. Isso me assustava. Mais o silêncio delas do que o machismo deles. E eu ia. [...] Sempre teve muitas mulheres na diretoria e até um número expressivo. Só que na hora de ir para as paritárias, na hora de ir para a reunião com o patronal, nessas horas, vamos dizer, decisivas, muitas

⁵ MACUCO, Ângela. Entrevista concedida ao *Projeto Memória 2007*, do Sinpro-Rio. Transcrição minha.

vezes as mulheres foram alijadas. Isso eu estou falando do período que eu participei, que foi até 1992.⁶

Os depoimentos de Macuco e Fialho confirmam nossa hipótese, cuja verificação foi apresentada como primeiro objetivo deste trabalho, de que a presença de mulheres nos quadros da direção do sindicato não garantiu que atuassem de forma igualitária em relação aos homens nos momentos politicamente relevantes.

Em sua análise sobre diversos sindicatos cutistas no país nas décadas de 1980 e 1990, Araújo e Ferreira notam que

com relação à participação das mulheres na vida sindical (reuniões, assembleias etc.) e ao encaminhamento de suas demandas específicas, pode-se dizer que tanto o velho quanto o novo sindicalismo compartilhavam de uma tradição cultural machista que se manifestava nas práticas e representações paternalistas ou segregacionistas em relação à mulher trabalhadora por parte do conjunto dos diretores e militantes sindicais (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 313-314).

Em importante ensaio sobre o mundo do trabalho contemporâneo, Antunes corrobora a observação anterior de Araújo e Ferreira ao comentar que “frequentemente os sindicatos excluem do seu espaço as mulheres trabalhadoras”, além dos terceirizados e precarizados, o que estaria aumentando a “crise dos organismos de representação sindical dos trabalhadores” (ANTUNES, 1999, p. 107-108, conforme mencionado na primeira seção deste capítulo). O sociólogo ressalta:

Se o primeiro e monumental empreendimento – a emancipação da humanidade e a criação de uma “associação livre dos indivíduos” – é um empreendimento dos homens e mulheres que trabalham, da classe trabalhadora, a emancipação *específica* da mulher em relação à opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma *conquista feminina para a real e omnilateral emancipação do gênero humano*. À qual os homens livres podem e devem somar-se, mas sem papel de mando e controle. (ANTUNES, 1999, p. 111. Grifo do autor)

Do processo no Sinpro-Rio no qual os diretores tenderam a diferenciar a pauta feminina das reivindicações gerais do sindicato - representante de uma categoria predominantemente feminina, importante lembrar – surgiu a proposta de criar, já em 1981, uma comissão das questões das mulheres. De acordo com Araújo e Ferreira, a criação de órgãos específicos para tratar as questões de gênero foi um caminho comum dentro de sindicatos maiores e cumpriu a dupla função de organizar as questões das trabalhadoras e, ao mesmo tempo, superar a resistência das direções sindicais para tratar dessa problemática (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 317). Esta é a primeira

⁶ FIALHO, Regina. Entrevista concedida ao *Projeto Memória 2007*, do Sinpro-Rio. Transcrição minha.

proximidade identificada entre os caminhos percorridos em relação à questão de gênero pelo Sinpro-Rio e pelo outros sindicatos do país.

Macuco detalha o surgimento da ideia de criação da comissão no Sinpro-Rio:

E fomos criar um núcleo feminino. [...] a gente provoca a primeira reunião, divulga, conversa com as professoras que estavam na militância e realizamos uma reunião super bacana, grande e tudo e cheias de projetos, cheias de vontade de fazer coisas, de centrar na questão feminista. Porque é uma categoria de mulheres, então tem assuntos. Por exemplo, a questão das creches, que as escolas não ofereciam. Fundamental para a professora trabalhar sossegada. Ter creche que seja na escola ou que saia uma ajuda para que ela tenha uma ajuda em dinheiro, se a escola não fizer. E umas outras questões no sentido de discutir... as que iriam aparecer também. A gente não tinha todas as questões, as respostas prontas. Vamos discutir. Vamos começar.⁷

Pela fala de Macuco, vemos que um dos primeiros assuntos discutidos no núcleo feminino do Sinpro-Rio foi a questão da creche. No final da década de 1970, essa reivindicação foi uma pauta comum ao movimento feminista no Brasil, “que deu origem a uma intensa mobilização coletiva”, envolvendo mulheres de todas as classes sociais (SARTI, 1988, p. 42).

Fialho observa como o núcleo feminino acabou unindo dentro do Sinpro-Rio as militantes que, concomitantemente, eram filiadas a diferentes partidos políticos e, para além destes, discutiam as pautas do movimento feminista em entidades específicas, como o Centro da Mulher Brasileira:

Da causa das mulheres, que eu participei [...] tínhamos eu, Ângela Macuco [...] a Anita [Fátima Gomes dos Santos] também. Nós éramos do MR-8 e grande parte, tinha um grupo grande de mulheres ligadas ao Partido Comunista e a Lia [Vargas Tiriba] e a Luíza [Miriam Ribeiro Martins] que eram ligadas ao PC do B. Eram mais ou menos esses grupos. Na minha base, dentro do MR-8, e à parte das discussões que nós tínhamos, eu, Ângela Anita, se colocava que a luta da mulher era a luta geral, num primeiro momento. Mas ao mesmo tempo que nós participávamos do 8 e desse grupo de mulheres do Sinpro, nós participávamos também do Centro da Mulher Brasileira, que foi um grande núcleo de resistência, que é quando surge com muita força no Brasil o movimento das mulheres. E essa instituição foi uma instituição muito importante. Só que lá no Centro da Mulher Brasileira, nós víamos toda a importância das questões específicas da mulher, que a mulher tinha a luta geral, ela tinha que estar na luta geral, mas ela tinha uma luta específica, que era a luta dela de gênero mesmo, dela como mulher, que desempenhava a dupla jornada de trabalho, que tinha num primeiro momento a incumbência de socializar os filhos [...] e líamos uma literatura ligada ao movimento da Revolução Russa e que eram mulheres que participavam da revolução e falavam também da importância dessa luta específica junto com a luta geral. Embanávamos a nossa cabeça porque na nossa consciência nós achávamos que tinha uma luta geral e também uma luta específica. Então, politicamente, fechávamos com as comunistas, com as mulheres do Partido

⁷ MACUCO, Ângela. Op. cit.

Comunista. Mas dentro do nosso partido, que era o MR-8, ele tinha uma posição diferente. E começamos então a discutir isso nas nossas bases clandestinas, do MR-8, que era uma base de professores.⁸

O relato de Fialho revela que as mulheres que militavam no Sinpro vivenciaram outro debate que marcou o quadro geral do início do movimento feminista no Brasil: a “oposição luta geral *versus* luta específica” (SARTI, 1988, p. 43). Mas aos poucos, essa polêmica foi sendo superada. No país, em geral, e no Sindicato, especificamente, as discussões das questões das mulheres ganharam legitimidade.

Pouco a pouco, as questões de gênero foram ocupando espaço no jornal *A Folha do Professor*, publicado pelo Sindicato. Isso constituiu aspecto convergente entre a trajetória da entidade e a dos demais sindicatos. Araújo e Ferreira afirmam que

a imprensa sindical tornou-se um veículo de propaganda, de denúncia das discriminações e violências sofridas pelas mulheres, de conscientização da categoria e, particularmente, das trabalhadoras das questões relativas às desigualdades entre os sexos (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 317)

Como exemplo do uso do jornal do Sinpro-Rio para denúncia das discriminações sofridas pelas mulheres trabalhadoras, podemos citar a sessão *Quadro Negro* na edição de agosto de 1985. O sindicato listou as 68 escolas denunciadas pelos professores no período de novembro de 1984 a julho de 1985. Além dos atrasos de pagamento, demissão nas férias e não pagamento de férias, entre outras denúncias, a nota identificava nominalmente três colégios que demitiram cinco mulheres no início da gravidez.⁹

Um panfleto divulgado em 1986, assinado pela Comissão de Sindicalização, apresentou argumentos para justificar a importância da categoria se aproximar do sindicato para que a ação política do mesmo correspondesse aos anseios do perfil dos “profissionais do magistério”. Dentre as questões levantadas, podemos ler: “Por que a mulher professora – que hoje constitui a nossa maior parcela – enfrenta toda sorte de desrespeito e discriminação? Onde estão para elas as oportunidades idênticas, sem barreira de cor e estado civil?”¹⁰

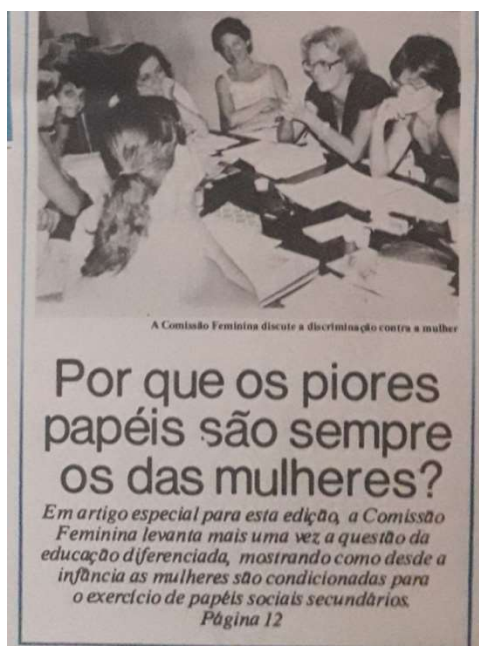
⁸ FIALHO, Regina. Op. cit.

⁹ “Quadro Negro”. In: *Folha do Professor*. Agosto de 1985. p. 6

¹⁰ “Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1986.” Mimeo. Pasta Secretaria. Relatório Profissionais do Magistério e do Sindicato. 1986.

Ou seja, após a fundação do núcleo feminino dentro do Sinpro-Rio, o combate às desigualdades e discriminações sexistas sofridas pelas trabalhadoras professoras no mercado de trabalho foram incorporados à luta geral do sindicato.

Abaixo, vemos uma foto da Comissão das Mulheres organizada no Sinpro-Rio numa capa da *Folha do Professor* de 1982, com o anúncio de um artigo.



Folha do Professor. 1982. Capa

O artigo anunciado na capa apresenta argumentação semelhante ao texto de Regina Fialho de 1979, já comentado. Começa questionando por que os homens não partilham com as mulheres as preocupações com a educação dos filhos e os problemas da casa e das famílias, interroga por que mesmo as mulheres não consideravam que essas tarefas deviam ser partilhadas. A resposta exemplifica o reforço da divisão sexual e social do trabalho por meio da educação dos meninos e das meninas pelas famílias ricas e pobres, dos contos de fada e livros didáticos na educação das escolas e dos anúncios de televisão e revistas. O artigo também defende que devido ao condicionamento da educação que recebiam, quando chegavam ao mundo do trabalho as mulheres acabavam escolhendo profissões próximas do papel social que lhes estaria reservado, como a empregada doméstica, com a tarefa de cuidar da casa, a professora primária que cuida das crianças e a enfermeira que cuida dos doentes. O artigo menciona o sobretrabalho que recai sobre as mulheres: “em casa, sendo a rainha do lar

(mãe, cozinheira, lavadeira, arrumadeira) e, no trabalho, exercendo as chamadas profissões femininas”¹¹

Quase 20 anos depois, a pesquisa acadêmica de Antunes sobre o mundo do trabalho confirma que as análises da Comissão Feminina do Sinpro-Rio eram corretas, as condições abordadas não haviam sido superadas. Comenta o sociólogo:

A mulher *trabalhadora*, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da *duplicidade do ato do trabalho*, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no *espaço público*, seu trabalho *produtivo* no âmbito fabril. Mas, no universo da *vida privada*, ela consome horas decisivas no *trabalho doméstico*, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua *reprodução*, nessa esfera do *trabalho não-diretamente mercantil*, em que se criam as *condições indispensáveis para a reprodução* da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da *reprodução não-diretamente mercantil*, as condições de *reprodução* do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (ANTUNES, 1999, p. 108-109. Grifos do autor).

Na mesma página do artigo publicado na *Folha do Professor*, o periódico divulgava a programação do Seminário “A Educação e os Papéis Sexuais”, que ocorreria em julho no Instituto Metodista Benett. Além da “diferenciação dos papéis sexuais na família, na escola, nos meios de comunicação e na religião”, seriam discutidos também “A Discriminação da Mulher no Mercado de Trabalho”, “A Ideologia Patriarcal na Formação do Educador” e “Educação Sexual nas Escolas”.¹²

O artigo e o Seminário divulgados abordam questões genéricas sobre a opressão das mulheres. Segundo Sarti, esta seria uma marca do movimento das mulheres na década de 1970 até o início dos anos de 1980. A autora afirma que “a unidade, sem a clara explicitação das diversidades, foi a marca do movimento das mulheres até, pelo menos, o início dos anos 80, quando ainda se mantinham aglutinados os grupos, em torno das questões unitárias e da luta oposicionista pela democracia” (SARTI, 1988, p. 43).

O movimento feminista e suas bandeiras de luta não eram, contudo, homogêneos. As tensões entre as suas tendências ultrapassavam a questão da origem partidária das militantes e relacionavam-se mais à forma de conceber as questões de gênero, associando-as ou não às questões políticas *stricto sensu* e de classes. Na edição da *Folha do Professor* de agosto de 1985, o Departamento Feminino identificou essa

¹¹“Por que os piores papéis são sempre para ela, desde criança?” In: *Folha do Professor*. Maio de 1982. p.

12

¹²*Folha do Professor*. Maio de 1982. p. 12

divergência ao reportar o Encontro de Mulheres ocorrido em Bertioga, São Paulo, no início do mês, no qual compareceram aproximadamente mil mulheres de todo o continente (exceto as cubanas, que tiveram os vistos de entrada rejeitados). O Sindicato pagou a inscrição no congresso de três representantes¹³. O jornal comentava em tom de denúncia:

O temário oficial priorizou a questão da sexualidade, ocorrendo paralelamente, com certa dificuldade, a discussão de questões que se diferenciavam desta temática, fossem questões específicas da mulher ou que se inserissem nas lutas gerais da sociedade. A oportunidade de se analisar a participação da mulher latino-americana na redemocratização de nossos países foi relegada e até dificultada pela estrutura da programação.¹⁴

A notícia apresentava como exemplo da exclusão da abordagem política neste Encontro a falta de espaço oferecido pela organização à atividade proposta por mulheres da Nicarágua de debate sobre a luta anti-imperialista no movimento feminista. O informe comentava também que as representantes do Sinpro-Rio conheceram por acaso, e não por uma intenção da programação do congresso, o importante trabalho de conscientização política promovido pelo Sindicato de Empregadas Domésticas de Lima, no Peru. Exaltava a experiência deste sindicato que, lidando com uma categoria composta por mulheres com baixo nível de escolaridade e sempre almejando mudar de profissão, garantiu o aumento da sindicalização e de uma atuação mais engajada “a partir de discussões específicas como sexualidade, aborto, contracepção, ou através de cursos que oferece”, mostrando “na prática, que é possível se chegar às questões políticas gerais através das específicas.”¹⁵

Outro episódio destacado do encontro foi a discriminação sofrida por 23 mulheres, lideranças do movimento negro e de favelas do Rio de Janeiro, impedidas de participar do evento pela comissão organizadora sob a alegação de que não teriam pago a taxa de inscrição. As representantes do Sinpro-Rio tentaram, junto com outras participantes, reverter sem sucesso essa situação. Mas “a visão de que um Encontro de Feministas deve priorizar apenas a sexualidade e excluir a questão política”¹⁶ teria sido hegemônica. A Comissão Feminina do Sinpro-Rio presente no Encontro de 1985 posicionou-se a esse respeito no jornal do sindicato: “É preciso resgatar o feminismo

¹³ De acordo com a Ata da Reunião da Diretoria Executiva de 16 de julho de 1985.

¹⁴ Assinado pelo Departamento Feminino. “Encontro de Mulheres em SP discrimina discussão política”. In: *Folha do Professor*. Agosto de 1985. p. 6

¹⁵ Assinado pelo Departamento Feminino. “Encontro de Mulheres em SP discrimina discussão política”. In: *Folha do Professor*. Agosto de 1985. p. 6

¹⁶ Assinado pelo Departamento Feminino. “Encontro de Mulheres em SP discrimina discussão política”. In: *Folha do Professor*. Agosto de 1985. p. 6

como forma de discussão política, sob pena de deixar que se torne um movimento parcial, sexista, ligado à classe dominante, alienante e alienado”¹⁷

Contudo, essa perspectiva política não se manteve no Departamento Feminino do Sinpro-Rio. A mesma divisão existente no movimento feminista chegou ao núcleo de mulheres do sindicato, cindindo-o. Ângela Macuco explica em detalhes a origem das vertentes do feminismo e como a disputa entre as mesmas foi vivenciada no Sinpro-Rio:

A gente leva um golpe dentro dessa comissão feminina por mulheres que se diziam as feministas. Porque começa essa questão da mulher, o Leste Europeu tinha um trabalho, tinha a Federação Democrática Internacional de Mulheres, que tinha capital em Berlim e que fazia um trabalho, tinha uma proposta e que fazia um trabalho com mulheres para formar quadros para trabalhar a questão da mulher e a questão do menor. Ela tinha uma sede em Berlim, tinha uma subsede em Havana e uma na África. Para preparar as mulheres para trabalhar a questão feminina. Por sua vez, a Europa, está com um movimento feminista mais ligado à questão da liberdade sexual que a mulher europeia, nesse período, ela já está com as suas demandas econômicas mais resolvidas, né? Trabalho... Então ela começa a ver essa sexualidade, do prazer... e aí, isso veio para cá, isso veio para cá para o movimento. Então, a gente começa a ter mulheres, como nós, que vínhamos do subúrbio, que somos professoras assim, que não somos uma pequena burguesia... e a gente segue mais o socialismo, as mulheres socialistas naquele momento.

E aí vem as outras companheiras, professoras também, e que militam aqui no sindicato também, mas que vem de outra realidade e que acompanham esse feminismo europeu. E aí nós fomos basicamente expulsas da comissão. Nós criamos e nós fomos expulsas da comissão. Porque elas montaram, fizeram um trabalho violento mesmo [...]

Elas se dizem feministas, que nós não somos feministas. Eu não vou dizer que elas não são feministas não, porque se não, nós não somos, né? Eu acho que... a gente chamava de, caracterizava mais como feministas sexistas e nós éramos feministas socialistas. Nunca aceitaram isso. Para elas, nós fomos as não feministas golpistas, que a gente estava aqui fazendo um trabalho em nome de um partido extremamente machista, dominado por homens e golpista. E nós estávamos a serviço. Não era uma coisa... Foi horrível, nossa, foi horrível.¹⁸

O depoimento de Macuco indica que naquele debate interno no núcleo feminino do Sinpro-Rio, prevaleceu a perspectiva que esvaziava a luta das mulheres da luta política mais geral, de defesa de um projeto socialista da sociedade. Em sua entrevista, Macuco conta que largou a militância no Sinpro-Rio e foi atuar no Centro da Mulher Brasileira porque “essa questão da mulher nunca mais me deixou”¹⁹

Por meio da análise das fontes levantadas sobre as questões das mulheres no Sindicato, constatamos que, na prática, após essa briga no núcleo feminino, ele se

¹⁷ Assinado pelo Departamento Feminino. “Encontro de Mulheres em SP discrimina discussão política”. In: *Folha do Professor*. Agosto de 1985. p. 6

¹⁸ MACUCO, Ângela. Op. cit.

¹⁹ Idem.

desarticulou e as questões das mulheres deixaram por alguns anos de ser abordadas de forma mais específica e aprofundada na entidade.

Talvez isso explique porque não localizamos na documentação do Sindicato menção a eventos considerados fundamentais nas conquistas do movimento feminista do país na segunda metade da década de 1980. Sarti ressalta a histórica representatividade das mulheres eleitas para a Assembleia Constituinte em 1986 (SARTI, 1988, p. 47). Já Araújo e Ferreira comentam “a mobilização em torno da proposição de diversos direitos da mulher que deveriam ser inscritos na Carta Constitucional de 1988” (ARAÚJO E FERREIRA, 2000, p. 319). Sarti especifica que o Congresso debateu as reivindicações do movimento das mulheres “tais como equiparação salarial, igualdade no código civil, creches, entre outras” (SARTI, 1988, p. 47). Nenhum desses episódios aparece nas fontes que analisamos do Sinpro-Rio.

Percebemos que a atenção às questões das mulheres no Sinpro-Rio ao longo das décadas de 1980 e 1990 dependeu da presença e iniciativa de algumas mulheres específicas na entidade. Após a dissolução do núcleo feminino em meados dos anos de 1980 (não conseguimos precisar a data do episódio), Regina Nery Fialho Moura assumiu a direção da Zonal Ilha do Governador na gestão da diretoria de 1990-1993²⁰. As questões das mulheres voltaram a ser destacadas no Sindicato nesse período.

Durante o primeiro Congresso dos Professores do Município do Rio de Janeiro (I CONSINPRO), ocorrido entre 08 e 10 de novembro de 1991, o tópico “A Mulher e o Sindicato”, de autoria da professora Renata Ponce de Leon Tavares, foi incorporado à tese sobre a Política Educacional – Intervenção Sindical.²¹ O texto afirmava:

A interação das ideias de vocação e afetividades femininas é usada para justificar uma visão deturpada do magistério como “missão e sacerdócio” e, ao retirarem o sentido profissional da educação, retiram também o caráter objetivo da remuneração condigna. Embora as muitas e importantes conquistas que o movimento emancipacionista da mulher já conseguiu, as questões ideológicas e culturais são difíceis de serem vencidas, ressaltando-se a própria educação diferenciada entre os sexos na escola de 1º grau. Nesse sentido, a luta do movimento de mulheres contra a educação diferenciada, por maior participação política e sindical, contra todas as formas de discriminação social, deve ser uma das metas dos sindicatos de professores, inserindo-se nos seus programas de luta.²²

²⁰ Dado fornecido pela *Agenda do Professor 2015*.

²¹ “I CONSINPRO”. In: *Folha do Professor*. Novembro / Dezembro de 1991. p. 6.

²² “Intervenção Sindical na Política Educacional. A Nova Lei de diretrizes e Bases na Educação Nacional”. In: *Folha do Professor*. Edição Extra: “Resoluções finais. I CONSINPRO”. Abril de 1992. p.

A décima sexta proposta para o Departamento de Educação e Cultura aprovada durante o I CONSINPRO assumia o compromisso de “implementar a Comissão Feminina, planejando atividades específicas sobre a questão da mulher.”²³ Como veremos adiante, a retomada da Comissão só foi efetuada em 1997. Mas, na prática, as questões sobre as mulheres ganharam visibilidade no sindicato logo após o Congresso.

No final de 1991, a *Folha do Professor* divulgou a aprovação da lei nº 1297/91 na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, de autoria do Vereador Adilson Pires, do Partido dos Trabalhadores. A normativa não se restringia ao magistério. O jornal informava:

A nova lei considera como práticas restritivas, passíveis de punição:

- exigir ou solicitar teste de urina ou sangue para verificação de estado de gravidez em processos de seleção para admissão de emprego;
- exigir ou solicitar comprovação de esterilização para admissão ou permanência no emprego;
- exigir exame ginecológico periódico, como condição para permanência no emprego;
- discriminar mulheres casadas, ou mães, nos processos de seleção ou rescisão de empregos.

As denúncias destas práticas restritivas deverão ser encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores [...]

²⁴

Na edição seguinte, a *Folha do Professor* denunciou o colégio Educandário Nossa Senhora das Vitórias que descumpriu a lei ao publicar anúncio em jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro para contratação de “Mulheres, solteiras, acima de 1,70 m e de boa-aparência”.

O periódico do Sinpro-Rio foi além de uma curta nota de denúncia e apresentou algumas reflexões:

Que a mulher é discriminada milenarmente, nós já sabemos; que a educação brasileira está caótica e o magistério cada vez mais desvalorizado, também; mas que a escola particular, verdadeira mina de ouro nesse país, necessite de usar tal arbitrariedade para captar mais alunos (?) nós ainda não sabíamos e ficamos chocados.

Aliás, uma das formas de discriminar a mulher tem sido a de imputar-lhe determinadas profissões ditas mais “materiais” como enfermagem, serviço doméstico e magistério, o que tem aviltado essas profissões com salários mais depreciados que as ditas “masculinas”. O educandário N.S. das Vitórias acha pequena essa discriminação e exige que suas professoras apresentem o estado civil e a aparência física em acordo com seu objetivo.? Sem dúvida, que não poderá ser educar para humanizar, para tecer o caminho de valores como dignidade, direito e justiça. Que valores poderá ter uma criança ou adolescentes que sabe terem sido seus professores escolhidos por critérios tão discriminatórios e perversos e não pelos de competência técnica e compromisso político com a causa da educação?

²³ Idem.

²⁴ “Discriminar jamais”. In: *Folha do Professor*. Novembro / Dezembro de 1991. p. 12

Cumpre-nos, portanto, denunciar e combater esta prática [...]²⁵

A edição seguinte da *Folha do Professor* trazia outra denúncia à discriminação sofrida pelas mulheres nas escolas particulares. Na coluna regular do diretor Enocir Chaves de Mello, a denúncia se apresenta com tom sarcástico, mas sem maiores reflexões:

A escola particular se aperfeiçoa. A Escola Miraflores em Laranjeiras dá um tratamento especial a professoras grávidas. Uma professora da casa, além de não poder exercer o direito ao trabalho, só pode ficar nos recintos da Escola na hora de assinalar a presença na entrada e saída. O resto do tempo, out, na rua, talvez olhando os belos casarões que ainda restam do machadiano bairro.²⁶

Defendemos que a presença de Regina Fialho na diretoria do Sinpro-Rio marcou a retomada da atenção às questões das mulheres. E constatamos que nesse momento o Sindicato abriu seu espaço à presença do Centro da Mulher Brasileira, onde fora atuar Ângela Macuco. A *Folha do Professor* anunciou a realização de uma atividade conjunta das duas entidades: “O Centro da Mulher Brasileira convida os professores de 1º e 2º graus para um curso sobre “Mulher e Educação Diferenciada” a ser ministrado no Sinpro-Rio em abril de 1992. Os interessados poderão efetuar suas inscrições a partir de março, no Sinpro-Rio.”²⁷

Em 1992, Fialho republica na *Folha do Professor* o texto de 1979 que apresentamos no início desta seção. Ao final, elabora a seguinte reflexão:

Este texto acima eu escrevi para a FOLHA DO PROFESSOR em setembro de 1979. Após 13 anos é duro constatar que hoje, já não mais como militante do Sinpro-Rio e sim como diretora da entidade a relação Mulher-Trabalho pouco avançou e que a própria dupla jornada permanece. Nas últimas negociações que culminaram no nosso acordo, as questões específicas da professora pouco foram tocadas pois o patronato se recusa a discuti-las de forma mais aprofundada.

Companheiras, torna-se cada vez mais fundamental a nossa atuação dentro dos setores organizados de nossa sociedade, como sindicatos, partidos, associações, pois é desta forma que conseguiremos avançar nas nossas questões específicas e na construção de uma sociedade mais igualitária, fraterna e feliz.²⁸

²⁵“Nossa Senhora das Vitorias exige professoras com 1,70m e solteiras”. In: *Folha do Professor*, Janeiro/Fevereiro de 1992. p. 7.

²⁶MELLO, Enocir Chaves e. “Informe SINPRO: GRAVE”. In: *Folha do Professor*, Março/Abril de 1992. p. 8

²⁷“Coluna Cultural”. In: *Folha do Professor*, Janeiro/Fevereiro/1992. p. 6.

²⁸FIALHO, Regina. “A luta continua...” In: *Folha do Professor*, Junho/Julho de 1992. p. 3

Como vimos na seção 2 deste capítulo, Regina Fialho compôs a chapa da oposição derrotada nas eleições sindicais de 1993. Mais uma vez, após sua saída da entidade, o Sinpro-Rio ficou por um longo período sem abordar com maior dedicação as questões das mulheres.

Somente em 1997, os debates e divulgação das questões das mulheres foram retomados. No dia 8 de março, o Departamento de Educação e Cultura do Sinpro-Rio, a Delegacia Sindical de Campo Grande e a Faculdade de Filosofia de Campo Grande (FEUC) realizaram um debate em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. De acordo com o *Jornal do Professor*, o sindicato comprometia-se com o objetivo de “construir uma nova sociedade sem discriminação de gênero, raça ou de classe social. Essa ideia-força foi a tônica das intervenções”²⁹

Para além da efeméride comemorada, avaliamos que a reorganização da Comissão das Questões da Mulher em maio de 1997 e sua atuação a partir de então ocorreu por influência do movimento que vinha crescendo na Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), à qual o Sinpro-Rio estava filiado.

Em abril de 1997, a Confederação realizou o “II Encontro da Mulher Trabalhadora em Educação. Desconstruindo Papeis Sociais Rumo à Emancipação”, na Colônia do Sinpro-SP.³⁰ O *Jornal do Professor* apresentou uma reportagem sobre o evento:

17 sindicatos de todo o país participaram, enviando um total de 84 delegados. Durante os três dias, os representantes das entidades discutiram os temas “A Educação e os livros didáticos na construção dos papeis sociais atribuídos a homens e mulheres”, “Globalização e exclusão”, “A desvalorização da profissional da Educação no mundo do trabalho” e “Saúde e violência no mundo do trabalho tipicamente feminino”.³¹

O Sinpro-Rio enviou três delegadas, Adalgiza Burity, Vania Jussara Cruz, Tânia Pessanha Paula, e um delegado, Alcir Dias. Durante o evento, os diretores se comprometeram a publicar nos próximos números do periódico da entidade “artigos abordando cada um dos temas debatidos no congresso e as diversas resoluções aprovadas na plenária”³² e a reativar a Comissão das Questões da Mulher.

²⁹“Debate comemora o Dia Internacional da Mulher” In: *Jornal do Professor*, Maio de 1997. p. 8.

³⁰ Cf. *Jornal do Professor*, Fevereiro de 1997. p. 11

³¹“CONTEE realiza encontro nacional sobre as questões da mulher trabalhadora em educação” In: *Jornal do Professor*, Maio de 1997. p. 12

³² Idem. p. 12

As resoluções aprovadas no II Encontro Nacional sobre as Questões da Mulher Trabalhadora em Educação, realizado pela CONTEE, foram publicadas na edição de agosto do *Jornal do Professor*, conforme lemos abaixo:

Entre as resoluções encontram-se, por exemplo, a exigência do funcionamento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a necessidade de participarmos de campanhas contra a esterilização em massa das mulheres. Para se ter uma ideia, na cidade do Rio de Janeiro, a mortalidade materna atinge duas parturientes a cada dois dias. Mortes perfeitamente evitáveis.

Outras resoluções:

- Envolver os homens na busca de soluções para os problemas de Gênero;
- Lutar pela eliminação dos modelos padrões dos papéis masculinos e femininos nos livros didáticos, inclusive os recomendados oficialmente;
- Aprofundar o debate e a pesquisa sobre os métodos pedagógicos e atividades educacionais que combatem os modelos sexuais estereotipados;
- Programar atividades culturais nas escolas que combatam a discriminação e reforcem a igualdade de gênero, com base em literatura sobre o tema;
- Lutar pela competência e valorização profissional das trabalhadoras em educação, promovendo discussões junto aos docentes e administrativos, a fim de erradicar os estereótipos sexistas;
- Lutar pela criação de creches como direito das crianças e dos trabalhadores;
- Incluir nas Convenções Coletivas, cláusulas de proteção à maternidade e à infância (creches, licença para acompanhar os filhos menores ao médico e casos de internação hospitalar etc);
- Conquistar condições de aperfeiçoamento profissional para a mulher trabalhadora;
- Garantir o cumprimento do direito de estabilidade da gestante após o término da licença à maternidade;
- Pela garantia da aposentadoria da mulher trabalhadora em educação aos 25 anos;
- Promover discussões sobre a melhor forma de implantação de um programa de educação sexual nas escolas e seu conteúdo, sob a perspectiva de Gênero.³³

As *Atas das Reuniões da Comissão das Questões da Mulher*³⁴ do Sinpro-Rio revelam que os encontros da Comissão foram retomados em 30 de maio de 1997. Os registros foram realizados apenas até 22 de setembro do mesmo ano. Nesse intervalo de tempo, ocorreram 6 reuniões, nas quais o número de presentes não foi muito regular. Variou de 2 a 6 diretoras presentes. Na primeira reunião, a Comissão definiu suas formas de trabalho: “a) Discussão e estudo interno. b) Discussão com a diretoria plena. c) Trabalho com a categoria. d) Trabalho com outros grupos de Mulher.”

Observamos que não há, entre as estratégias de trabalho decididas pela Comissão, a proposta de discutir reivindicações que pudessem ser encaminhadas ao setor patronal das escolas. Embora esse aspecto estivesse previsto nas resoluções

³³“Comissão das Questões da Mulher”. In: *Jornal do Professor*, Agosto de 1997. p. 8.

³⁴Pasta Secretaria. 1997. Arquivo do Sinpro Rio.

publicadas do II Encontro Nacional sobre as Questões da Mulher Trabalhadora em Educação, promovido pela CONTEE: “Incluir nas Convenções Coletivas, cláusulas de proteção à maternidade e à infância (creches, licença para acompanhar os filhos menores ao médico e casos de internação hospitalar etc.)”.

Identificamos que os textos estudados internamente pelo grupo foram: “As Professoras Primárias”, sem identificação da autoria; “Ideologia e Feminismo”, de autoria de Branca Moreira Alves, que teria permitido compreender “a evolução e situação da mulher na última década”; um artigo do *Jornal do Brasil*, de 6 de junho de 1997, sobre a participação das mulheres no governo; e “As mulheres e o sindicalismo”, de Clara Araújo. Todos os textos estão citados nas atas sem a referência completa. O último, de Clara Araújo, foi resumido e distribuído à diretoria plena em sua reunião de 16 de junho de 1997.

Em relação ao “trabalho com a categoria”, também definido como estratégia de atuação na primeira reunião da Comissão das Questões da Mulher, percebemos que as posições defendidas pelas dirigentes sindicais enfrentaram resistências. O *Jornal do Professor* publicou cartas de duas professoras e de um professor reagindo ao posicionamento de uma diretora da Comissão. Inclusive, esse é o único episódio da pesquisa no qual tivemos acesso à fala da categoria, para além dos militantes do Sindicato.

Valéria Leal, diretora da Zonal Leopoldina, defendeu na edição número 3 de agosto do Boletim do *Jornal do Professor*, o projeto de lei que tramitava na Câmara dos Deputados que regulamentaria e ampliaria o artigo 128 do Código Penal, sobre o aborto.³⁵ O Sindicato recebeu e publicou em seu periódico, na edição de novembro de 1997, as cartas contrárias ao aborto. Os/as docentes defendiam a educação sexual nas escolas como forma de evitar o aborto. Junto e com maior destaque, o periódico publicou também o texto “PL 20/91: apenas a regulamentação de um direito”, de autoria de Marta Suplicy, Deputada Federal e vice-líder do PT na Câmara, endossando a posição da diretoria do Sindicato.

Das formas de trabalho listadas na primeira reunião da Comissão das Questões da Mulher do Sinpro-Rio, o trabalho com outros grupos de Mulher foi a mais bem sucedida e com maior duração, estendendo-se além do registro da Ata da Comissão.

³⁵ De acordo com o texto “A polêmica sobre o aborto”. In: *Jornal do Professor*, Novembro de 1997. p. 12

Em 30 de junho de 1997, representantes da Comissão das Mulheres do Sinpro-Rio compareceram ao “ato de constituição do Conselho Consultivo da Casa da Mulher Trabalhadora”, realizado no Auditório da Câmara dos Vereadores.³⁶

O Dia Internacional da Mulher de 1998 foi comemorado pela Comissão das Questões da Mulher do Sinpro-Rio com um debate sobre o tema “As mulheres e as transformações sociais”, realizado no Centro Cultural da Mangueira. Dentre as debatedoras, esteve presente Moema Toscano, do Conselho dos Direitos da Mulher (CEDIM)/RJ.³⁷

No ano seguinte, o dia 8 de março foi marcado pela presença do Sinpro-Rio no evento na Cinelândia organizado pelo “Fórum Feminista do Rio de Janeiro – movimento autônomo, que congrega entidades, sindicatos e partidos políticos”. O tema principal abordado no dia foi o desemprego. Diversas barracas, uma delas da Comissão das Questões da Mulher do Sindicato, apresentaram “através de painéis e discursos, a importância deste dia de luta, as vitórias políticas e organizativas do movimento feminista, além da denúncia da ausência de políticas públicas que possibilitem uma melhor qualidade de vida.”³⁸

Percebemos que, no jornal do Sinpro-Rio, a referência à questão das mulheres foi algumas vezes mantida pela colaboração da CONTEE. Por exemplo, em 1998, o *Jornal do Professor* divulgou os resultados de um levantamento realizado com 104 professoras e 104 professores presentes no III Congresso da CONTEE, ocorrido em julho do ano anterior no Espírito Santo. A Secretaria para Assuntos da Mulher da CONTEE “teve como objetivo obter alguns indicadores que minimizassem eventuais distorções sociais sobre a questão de gênero.”³⁹ Como alguns dos resultados obtidos na pesquisa, ressaltava que dentre os que possuíam nível de formação até o 2º grau, a maioria era de mulheres, as quais também possuíam a menor renda pessoal e eram a maioria nos estabelecimentos de ensino pré-escolar ao 2º grau. Do 2º Grau em diante, 87,1% eram homens.

Já a edição de fevereiro de 1999 do *Jornal do Professor* (p.11) reproduziu o texto “Sinal de alerta dentro de casa. A cada hora sete mulheres são agredidas no RJ;

³⁶Cf. Ata das Reuniões da Comissão das Questões da Mulher. Pasta Secretária. 1997. Arquivo do Sinpro Rio.

³⁷ Cf. “Comissão das Questões da Mulher”. In: *Jornal do Professor*. Julho de 1998. p. 4.

³⁸Comissão das Questões da Mulher. “Dia Internacional da Mulher (8 de Março)”. In: *Jornal do Professor*. Fevereiro de 1999. Capa.

³⁹“Pesquisa da CONTEE sobre gênero”. In: *Jornal do Professor*. Julho de 1998. p. 11

violência é maior aos finais de semana”, transcrito do *ACONTECENDO* – informativo da CONTEE (out/nov/dez/98).

Araújo e Ferreira pesquisaram a questão de gênero em sindicatos filiados à CUT. As autoras observam que a partir de 1995 em “sindicatos importantes da CUT – como o dos metalúrgicos do ABC, químicos e bancários de São Paulo [...] as questões de gênero e as demandas das mulheres perderam visibilidade” (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 341).

Araújo e Ferreira explicam esse retrocesso pelo seguinte viés:

Diante da premência do enfrentamento de questões como as demissões frequentes, a terceirização, a redução salarial, o corte de benefícios pelas empresas e o aumento da insegurança e das doenças ocupacionais, o debate em torno da persistência das discriminações de gênero e as reivindicações específicas das trabalhadoras foram, na maioria dos sindicatos, relegadas a segundo plano. Assim, mesmo que as pautas de categorias de peso do universo da CUT tenham sido ampliadas, de acordo com propostas da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, as novas demandas incorporadas não mereceram destaque durante a campanha salarial nem nas mesas de negociação (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 341).

Acompanhando as questões de gênero e das mulheres no Sinpro-Rio, filiado à CUT em 1992, percebemos que a trajetória da entidade na segunda metade dos anos de 1990 foi um pouco distinta da analisada por Araújo e Ferreira nos outros sindicatos. A Comissão das Mulheres do Sinpro-Rio se reorganizou em 1997. De fato, a comissão não propôs novas cláusulas sociais aos donos das escolas, como a extensão das licenças maternidade e paternidade. A conjuntura desfavorável apontada por Araújo e Ferreira pode ter colaborado para essa ausência.

Concluimos que no Sinpro-Rio a atenção às demandas das mulheres nas décadas de 1980 e 1990 não foi contínua. Ela esteve presente (e foi interrompida) em três momentos específicos, devido tanto a influências externas quanto a questões internas. No início dos anos de 1980, militantes do Sindicato filiadas a diferentes partidos políticos uniram-se para a formação do Núcleo Feminino, influenciadas pelo movimento feminista que se fortalecia no país. Em meados da década, o núcleo se desfez após divergências em relação as pautas do movimento feminista. Discutiam se o núcleo devia atrelar o debate do feminismo à bandeira do socialismo ou enfatizar as questões da sexualidade das mulheres. Em 1990, com o retorno de uma das integrantes daquele núcleo feminino à direção do Sinpro-Rio, na gestão de 1990-1993, as questões femininas voltaram a ser destacadas na *Folha do Professor*. O término do mandato da

diretora, não por acaso, coincidiu com um novo abandono das questões femininas na pauta da entidade. Finalmente, por influência dos debates sobre as questões das mulheres promovidos pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), a Comissão das Questões da Mulher foi reativada no Sinpro-Rio.

Como aspectos semelhantes entre abordagem da questão das mulheres no Sinpro-Rio e nos demais sindicatos e no movimento feminino, identificamos: a diferenciação da atuação dos homens e das mulheres nos momentos politicamente relevantes do Sindicato, mesmo que as mulheres estivessem presentes nos quadros da direção; a criação de uma Comissão das Mulheres; o uso da imprensa sindical para denúncias das discriminações sofridas pelas mulheres e debate das questões femininas; a reivindicação das creches para os filhos das professoras, como uma pauta que uniu o movimento feminista até o início dos anos de 1980; os debates sobre a luta geral *versus* a luta específica e sobre as lutas com caráter econômico-social ou estritamente cultural ainda na década de 1980; e, finalmente, a dificuldade de discutir cláusulas sociais que incorporassem as questões das mulheres na conjuntura desfavorável para os trabalhadores e os sindicatos da década de 1990.

Constatamos também que no Sinpro-Rio as questões das mulheres tiveram um percurso distinto da tendência geral do movimento feminista e dos sindicatos do país em dois aspectos. O Sindicato não se manifestou sobre a questão feminina entre 1986 e 1988 durante a Assembleia Constituinte. Por outro lado, não deixou as questões femininas totalmente no esquecimento durante a década de 1990, como fizeram outros sindicatos cutistas.

Bibliografia

ANTUNES, R.. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. e FERREIRA, V. C. “Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva”. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERREIRA, M. O. V. “Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar”. In: ROSSO, S. D. *Associativismo e sindicalismo em educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

FISCHER, B. D. “A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970)”. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. (orgs.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINSKY, C. B. “Estudos de Gênero e História Social”. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 17 (1): 296, janeiro-abril / 2009. p. 159-189.

SARTI, C. “Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”. In: *Cadernos de Pesquisa: Magistério/Profissão feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez Editora. Fevereiro nº 64, 1988.

SOIHET, R. “História das mulheres”. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

TOLEDO, C. *Gênero e classe*. São Paulo: Sunderman, 2017.